



Artigo original

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO

Fernanda Maria Melo Alves¹ e Martins Fernando Guambe²

¹*Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil*

²*IBM, Madrid CoE, España*

RESUMO: O estudo aborda as iniciativas de acesso aberto à informação científica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como uma solução rápida das necessidades e dos problemas dos países lusófonos, através da promoção da literacia científica, comunicacional e informacional, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores essenciais, que conectam os membros desta organização. Analisam-se iniciativas efetuadas pelas comunidades académicas e pelos governos dos países mencionados, que se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu acesso e disponibilidade, e, em particular, dos resultados da investigação científica. Conclui-se que as iniciativas efetuadas ainda são em número reduzido, dadas as necessidades e problemas existentes e a numerosa população que abrange. No seu conjunto, as políticas e ações correspondentes demonstram a adesão destas instituições e organizações dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ao movimento do Acesso Aberto, integrada no movimento global.

Palavras-chave: Acesso Aberto, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Informação científica, Portal, Repositório.

COMMUNITY OF PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES, SCIENTIFIC INFORMATION AND OPEN ACCESS

ABSTRACT: The study addresses the initiatives of open access to scientific information as a quick solution to the needs and problems of Portuguese Speaking countries, through the promotion of scientific, communication and information literacy, fundamental for peace and sustainable development, within the essential values, which connect the members of this organization. Initiatives carried out by academic communities and by the governments of the mentioned countries are analyzed, which have been concerned with increasing the volume of information, its access and availability, and, in particular, the results of scientific research. It is concluded that the initiatives carried out are still few in number, given the existing needs and problems and the large population it covers. As a whole, the corresponding policies and actions demonstrate the adherence of these institutions and organizations from Community of Portuguese Speaking Countries to the Open Access movement, integrated into the global movement.

Keywords: Open Access, Community of Portuguese Speaking Countries, Scientific information, Portal, Repository.

Correspondência para: (correspondence to:) fmelo2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

À medida que a COVID-19 começou a espalhar-se por todo o mundo, atravessando rapidamente fronteiras geográficas, povos em todo o mundo uniram-se, conscientes de que urgia o compartilhamento rápido de informação científica para a tomada de decisões, com vista ao controlo do surto atual e impedir qualquer outro no futuro. Os

cidadãos necessitaram de ser informados sobre aspetos científicos, para agirem com mais responsabilidade e identificar as informações falsas, e a comunidade científica e as sociedades reafirmaram a necessidade urgente da consolidação do movimento da Ciência Aberta (*Open Science*).

A UNESCO entende o papel da Ciência

Aberta no cumprimento do direito humano à ciência e no preenchimento de lacunas de ciência, tecnologia e inovação entre e dentro dos próprios países. Em 2019, na sua Conferência Geral, divulgou-se uma *Recommendation on Open Science* (UNESCO, 2019), resultante de uma consulta global, com o objetivo de construir uma visão coerente da ciência aberta e um conjunto compartilhado de princípios e valores abrangentes, que fosse um instrumento global de definição de padrões para garantir que a Ciência Aberta cumpra o seu potencial.

Norteadas por estes princípios e preocupações, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização que estimula a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos, tomou iniciativas para a busca conjunta de reflexões e soluções para o momento atual, difícil de superar para todos, principalmente para os países em desenvolvimento.

Neste sentido, o estudo dá continuidade a estudos sobre a informação e a documentação nos países da CPLP, em especial sobre o acesso aberto à informação científica (GUAMBE e BUENO-DE-LA-FUENTE, 2013); TARDENCILLA MARENCO, GUAMBE e MELO ALVES, 2015) e procura saber: existem iniciativas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a solução das necessidades e dos problemas informativos, através da promoção do acesso aberto da informação científica, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores que conectam os membros desta organização? Serão as mesmas iniciativas suficientes?

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: visão cronológica

A ideia de criação de uma comunidade, formada por países e povos que têm em comum a Língua Portuguesa e uma herança

histórica, e que compartilham a busca do desenvolvimento e da democracia, foi sonhada ao longo dos tempos, seguindo a trajetória e a criação de organizações similares, criadas pelos países de língua inglesa, francesa, espanhola, árabes e outras. Nas décadas de 80 e de 90, tiveram lugar várias ações, consideradas o verdadeiro embrião da organização, que deram impulso para o desenvolvimento da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre todos, destacam-se:

- a. o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, iniciativa promovida pelo então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que se efetuou em São Luís do Maranhão, em 1989, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Nesta reunião, os participantes decidiram criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), para a promoção e difusão da língua comum; e
- b. a iniciativa de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros dos países referidos, reunidos em Brasília, recomendaram a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, para a adoção do ato constitutivo da CPLP, que se efetuará dois anos depois.

A 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que marcou, simultaneamente, a criação da CPLP, reunindo os sete países fundadores da organização, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, em 2002, com a conquista de sua

independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da CPLP, e depois de um minucioso processo de adesão, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito, em 2014. A organização está sediada em Lisboa, capital de Portugal.

Os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa planteiam no Artigo 5º, os seguintes princípios orientadores:

- a. igualdade soberana dos Estados membros;
- b. não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c. respeito pela sua identidade nacional;
- d. reciprocidade de tratamento;
- e. primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f. respeito pela sua integridade territorial;
- g. promoção do Desenvolvimento;
- e
- h. promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Neste sentido, a organização estimula a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

No documento que temos vindo a analisar, definem-se os objetivos gerais da organização, a saber:

- a. a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b. a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e

- c. a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Embora os estatutos tenham sido atualizados com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007, os princípios orientadores e os objetivos iniciais mantêm-se.

O Artigo 6º da Constituição define a composição da organização e refere que para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

Complementarmente, o Artigo 7º do mesmo marco legal afirma ainda que podem ser admitidos Membros Observadores, Associados ou Consultivos, à organização, ato que atribui maior abrangência em número de participantes e em espaço geográfico e, que favorece a sua consolidação. A Tabela 1 sistematiza a composição dos membros da organização.

A CPLP é um foro multilateral de cooperação entre os seus Estados-membros e mantém estreita relação com a sociedade civil e com os interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a ONU, a FAO e a OMS.

A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E O MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO

Para o desenvolvimento cognitivo do ser humano contribuem os dados, a informação, o conhecimento e a inteligência. No mesmo sentido, a investigação científica e a sua comunicação funcionam como as bases do desenvolvimento humano e o crescimento económico dos países, pelo que quanto mais se produz em ciência e tecnologia, mais se progride e se contribui para o processo de desenvolvimento global (PRICE, 1976).

TABELA 1: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: constituição

Estados-Membros	Observadores Consultivos: instituições	Observadores Associados: países
Angola Brasil Cabo Verde Guiné-Bissau Guiné Equatorial Moçambique Portugal São Tomé e Príncipe Timor-Leste	Academias Associações Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos Centros de Estudos Círculos de Reflexão Lusófona Comissões Inter Países/Países de Língua Oficial Portuguesa Comunidades Médicas e Sindicais Confederações da Publicidade e Empresariais da CPLP Conselhos de Cultura Faculdades Federações Fóruns Fundações Institutos Instituições religiosas Ligas Núcleos de Estudos ONG Sociedades Universidades	Geórgia Grão-Ducado de Luxemburgo Hungria Japão Principado de Andorra Reino Unido República Argentina República Checa República do Chile República Eslovaca República Francesa República Italiana República da Maurícia República da Namíbia República do Senegal República da Sérvia República da Turquia Uruguai Organização dos Estados Ibero- americanos

Os resultados da investigação científica estão legitimados após serem analisados e aceites pelos pares, o que exige sofisticados processos de validação antes da sua publicação, sendo a comunicação eficiente e eficaz parte essencial do sistema de investigação científica (MEADOWS, 1999).

Embora o processo da comunicação científica possa ser caracterizado por etapas, a saber, a investigação, a análise, a documentação, a comunicação, a produção, o registo e a disseminação da informação, nas últimas quatro décadas, as inovações tecnológicas transformaram, e transformam, a forma de tratar, armazenar, acessar e analisar todos os tipos de informação, inclusive os científicos (RUSSEL, 2001). As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm proporcionado novos caminhos por meio de plataformas digitais, projetadas para facilitar a divulgação de artigos nas revistas de acesso aberto, o que obrigada a uma gestão deste tipo de plataformas e a uma

nova literacia científica, informacional e comunicacional dos investigadores para conseguir efetuar todo o processo de investigação científica.

Garvey e Griffith desenvolveram um modelo de comunicação científica em 1979, voltado apenas para o meio impresso, que sofreu alterações com a incorporação das TIC. Em 1996, Hurd propôs uma adaptação desse modelo tradicional, adequada para o meio digital e, em 2008, Costa também o adaptou, conciliando as alternativas impressa e eletrônica (COSTA, 2008).

Com a constante evolução das TIC, que implicam ajustes a cada nova versão dos softwares e aplicativos, bem como de aspetos relativos à interoperabilidade e preservação digital, várias propostas tentam adaptar e atualizar os modelos anteriormente referidos.

Entre vários, destaca-se uma proposta inovadora, o Modelo de comunicação científica na era do *e-science*: um modelo baseado na colaboração 2. (JUNIOR *et al.*,

2015), apresentado no 25º Seminário de Iniciação Científica, em 2015, na Universidade do Estado de Santa Catarina. Os autores propõem um sistema eletrônico de gestão e editoração de revistas, entrado no processo de revisão por pares e na inclusão de aspectos colaborativos e de interatividade como marca 2.0 de periódicos científicos. O modelo dá resposta rápida às expectativas de autores e da comunidade científica, substituindo a avaliação por pares pela avaliação baseada na inteligência coletiva, proposta pela web 2.0, e pretende viabilizar a construção de um software específico desse modelo, que facultará a verificação dos resultados de sua aplicação.

Como o volume da informação em diferentes suportes e tipologias tem aumentado significativamente nas últimas décadas, os investigadores têm-se preocupado com o acesso e disponibilidade destes documentos, e em particular os resultados da investigação científica, na grande maioria digitais, tema que se aborda nos seguintes parágrafos.

O movimento *Open Access/Acesso Aberto* remonta a várias décadas e tem origem na Declaração de Helsinque da *World Medical Association* (WMA, 1964), cujo objetivo era a realização de mudanças em investigações médicas que envolvam seres humanos, nas quais os pacientes que participam de um estudo médico têm o direito de ser informados sobre o resultado do estudo e de compartilhar quaisquer benefícios resultantes dele.

A adoção do Acesso Aberto a publicações científicas surgiu como resposta às necessidades e expectativas da comunidade acadêmica, para a superação da crise orçamentária enfrentada pelas universidades e instituições de investigação, devido ao aumento constante de preços das assinaturas acima da inflação (PÉREZ-OBREGÓN *et al.*, 2022). Por outro lado, compreender iniciativas para promoção do Acesso Aberto é importante

para a democratização do conhecimento e do acesso à informação científica.

Entre todas, salientam-se duas incitavas, em 1971, o início do *Gutenberg Project*, por Michael Hart e, em 1989, o lançamento da revista de acesso livre online *Psycoloquy* por Stevan Harnad, ambas orientadas para a disponibilidade online e sem limitações dos resultados de investigações científicas, incluindo artigos científicos, documentos de conferência, teses, capítulo de livros, e monografias, publicações com e sem revisão por pares.

Dando um passo mais adiante, a Declaração da Iniciativa de Budapeste/*Budapest Open Access Initiative*, (2002) formalizou o Movimento de Acesso Aberto à informação, tendo definiu como acesso aberto,

[...] a sua disponibilidade gratuita na internet pública, que permite a qualquer utilizador a leitura, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou link para o texto completo desses artigos, rasteá-los para indexação, passá-los como dados para o software ou usá-los para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à Internet. (OPEN ACCESS DIRECTORY, p. 1).

A importância deste documento reside em alguns aspetos inovadores para a época:

- a. o uso do termo *Open Access/Acesso Aberto* pela primeira vez para definir o acesso livre a informação;
- b. a apresentação do conceito de *Open Access/Acesso Aberto*;
- c. a indicação de duas estratégias para alcançar o Acesso Aberto: o auto arquivamento e as revistas de Acesso Aberto; e
- d. a oferta de apoio para as instituições com interesse em aderir ao movimento.

Constata-se que a Declaração de Budapeste vem fortalecer, a nível mundial, o Movimento do Acesso Aberto, articulando

ideias e projetos com o mesmo objetivo. A este propósito, Rodrigues (2014) reconhece que ela corresponde a um momento seminal, que resulta da consolidação da consciência da necessidade e da possibilidade de resolver o problema da acessibilidade à literatura científica, bem como da maturação e convergência de diversas outras iniciativas e projetos no mesmo sentido que vinham já se desenvolvendo anteriormente.

Inúmeras iniciativas se expandiram no mundo acadêmico em todos os países do mundo. A leitura de duas compilações, a da linha do tempo da evolução detalhada no site *Open Access Directory*: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline>, e das declarações de apoio a este movimento, disponíveis em *Declarations in support OA*: http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA, dão uma visão geral da abrangência e desenvolvimento deste movimento.

Algumas dessas declarações são analisadas e comentadas por Rios, Lucas e Amorim (2019), que ressaltam a importância do Movimento de Acesso Aberto em criar documentos norteadores, bases para o estabelecimento de políticas e boas práticas, que direcionem as instituições a disponibilizar acesso aberto a informação de toda produção científica.

Articulando os novos conceitos e a evolução tecnológica, Leite e Costa (2016) propõem um modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa, tendo por base os fundamentos da comunicação e o acesso aberto, em sua versão gráfica e textual. Neste modelo, os fluxos de entrada e saída de informação são sistematizados por processos de gestão da informação científica, apresenta conceitos essenciais e considera o ambiente do instituto de investigação como um sistema aberto, onde decorre o fluxo da informação científica. Também é constituído por elementos flexíveis que representam

especificidades institucionais e disciplinares, variáveis em função dos contextos dos institutos. Além disso, todo o conjunto de elementos e relações entre eles estão sob influência constante de forças provenientes da comunidade científica numa perspectiva ampla científica e do acesso aberto. Desde o seu início até ao presente, o acesso aberto conheceu um progresso evidente, tendo em conta os múltiplos pontos de vista e os diversos indicadores de avaliação, do número de revistas científicas e de repositórios de acesso aberto.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, decidiu-se efetuar uma investigação descritiva, quanto aos objetivos, bibliográfico-documental, quanto aos procedimentos, e qualitativa, quanto à abordagem. Na primeira fase, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental para a fundamentação teórica no estudo, através da busca no portal da CAPES e no Google Scholar, utilizando os termos “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, “informação científica”, e “acesso aberto”, em português, inglês e espanhol.

Depois, selecionou-se informação nos sites da CPLP e nos repositórios das instituições dos países membros. Selecionada a literatura repetida, obteve-se a informação pertinente, um corpus documental adequado ao tema e à abordagem escolhida.

Em seguida, efetuou-se uma leitura analítica do conteúdo do corpus documental, tendo-se sumarizado os dados oportunos, que se apresentam com o apoio de quadros e fulguras, acompanhados da discussão dos mesmos, que facilitou o estabelecimento das conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além dos investigadores, docentes e estudantes, também os governos dos países lusófonos se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu

acesso e disponibilidade, e, em particular, dos resultados da investigação científica.

Neste sentido, algumas das iniciativas dos países referidos foram efetuadas separadamente, como se pode observar, na

Tabela 2, iniciativas de maior relevância para a organização da informação e documentação, a criação e manutenção dos portais institucionais de instituições académicas e investigadoras.

TABELA 2: Exemplos de portais científicos nos países da CPLP

País	Nome	Website	Total
Angola	1. Portal Pensador 2. Ciência	http://1.portalpensador.comciencia.ao/ http://ciencia.ao/	2
Brasil	1. Portal Brasil Ciência 2. SciELO 3. Portal de Periódicos da CAPES 4. Portal SBPC 5. Portal FioCruz 6. Portal de Periódicos UniBrasil 7. Oasisbr 8. Portal de Periódicos Electrónicos Faculdade de Filosofia e Ciência 9. Portal de Periódicos da ANPOF	https://www.brasilciencia.com.br/ https://scielo.org/ www.capes.gov.br http://portal.sbpnet.org.br/ https://portal.fiocruz.br/ https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/ https://oasisbr.ibict.br/vufind/ https://revistas.marilia.unesp.br/ https://anpof.org/	9
Cabo Verde	1. Portal do Conhecimento	www.portaldoconhecimento.gov.cv	1
Guiné Bissau	1. Portal do INEP	https://inep.gw/	1
Guiné Equatorial	0	NA	NA
Moçambique	1. Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 2. Universidade Eduardo Mondlane	https://www.mctes.gov.mz/publicacoes/ http://www.uem.mz	2
Portugal	1. Portal RCAAP 2. Portal Science 4 COVID-19	https://www.rcaap.pt/ https://www.science4covid19.pt/	2
São Tomé e Príncipe	0	NA	NA
Timor Leste	0	NA	NA
TOTAL			16

O número de repositórios é insuficiente tendo em conta a população dos nove países e a sua produção científica. Por outro lado, a quantidade de repositórios é variável, tendo explicação em contextos histórico-sociais diferentes. Brasil e Portugal apresentam maior número de portais e os outros países possuem um número reduzido, por serem países com independências relativamente recentes. À exceção da Guiné Equatorial, de São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, a maioria dos países da CPLP criaram e mantêm portais

institucionais para disponibilizar a informação científica, escrita em língua portuguesa. Contudo, os três países mencionados possuem repositórios institucionais, Moçambique 2 (da Universidade Católica de Moçambique, <http://repositorio.ucm.ac.mz/>, e da Universidade Eduardo Mondlane, <http://www.repositorio.uem.mz/>), e Timor Leste 1 (da Universidade de Timor Leste, <http://repositorio.untl.edu.tl/>), o que demonstra a adesão destas instituições ao movimento do Acesso Aberto. A busca não

aportou dados e informação relativa à Guiné Equatorial. Em relação ao estudo de GUAMBE e BUENO-DE-LA-FUENTE (2013), nota-se uma estagnação e fraco progresso das iniciativas de acesso aberto na maioria dos países africanos especialmente em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

A Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto (CONFOA), é realizada desde 2010 até ao presente. É um evento organizado por um grupo de investigadores, docentes e editores desde 2010 e concretizada na *I Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto (CONFOA)*, na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, com periodicidade anual e rotativa. Trata-se dum espaço de divulgação e reflexão, onde investigadores, docentes, editores e estudantes se reúnem, norteados pelos seguintes linhas orientadoras: 1) Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos: sistemas, políticas e práticas; 2) Ciência Aberta e outras expressões de conhecimento aberto; 3) Gestão de informação de Ciência e Tecnologia. Lira, Miranda e Truta (2021) estudam parte da trajetória das CONFOA, através dum estudo documental que abrange os 10 anos do evento, assinalando os resultados alcançados e o desenvolvimento da iniciativa.

Outro projeto interessante é o Arquivo Multimédia da Poesia dos Países da CPLP, poesimus.org, que foi apresentado em 2019, com o objetivo de disponibilizar o acesso livre e intuitivo a um arquivo multifacetado de poesia e de prosa poética, devidamente organizado, escrita e falada em língua portuguesa e nas línguas locais e nacionais nos países que compõem a CPLP. É um espaço de reconhecimento do trabalho dos artistas no campo da poesia de diferentes origens e foi desenvolvido no âmbito da Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural com o apoio do Departamento de Museologia da ULHT e seus parceiros institucionais, CPLP, IBRAM, ULCV, Sphera Mundiong e

Museu da República do Rio de Janeiro.

Desde a sua criação, a CPLP é consciente da importância da documentação e informação no mundo atual, razão pela qual pratica a transparência informativa, incluindo na sua estrutura operativa, apresentado na Tabela 3.

TABELA 3: A CPLP e a organização da informação e da comunicação

Assessoria de Comunicação e Imagem do Secretariado Executivo
Biblioteca e Centro de Documentação
Arquivo Histórico

A organização põe à disposição do público toda a documentação institucional, a informação relativa às atividades efetuadas, publicações próprias, boletim eletrónico, produzidas em diferentes tipos e suportes, e faz uso de diferentes redes sociais.

No entanto, os membros da CPLP, organização que tem como um dos seus princípios orientadores a promoção da cooperação mutuamente vantajosa, decidiram organizar-se para atingir melhores resultados na partilha e disseminação da informação científica em língua portuguesa, com vista ao benefício comum. Nesse sentido, A Tabela 4 sistematiza as iniciativas de maior relevância, seguido da descrição de cada uma delas.

TABELA 4: CPLP e iniciativas sobre informação científica e acesso aberto

2007	Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP
2019	Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP)
2020	3ª Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP, sob o lema Covid-19: construção de uma resiliência comunitária
2021	Repositório Científico da CPLP/Portal de Acesso Aberto da CPLP

O Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP foi assinado em 2007,

por ocasião do 2º Fórum de Governança da Internet, organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), com o apoio da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG/MRE). Nele estiveram presentes os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e do Secretariado Executivo da CPLP. Os participantes, reconhecendo o Compromisso do Minho sobre acesso livre à informação científica em países lusófonos, firmado por instituições do Brasil, Moçambique e Portugal, em 2006, e as diretrizes emanadas da IV Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, de 2005, acordaram em:

- a. estabelecer diálogo técnico com vistas à formação de rede permanente de instituições dedicadas à promoção do acesso livre ao conhecimento bem como à promoção do conteúdo científico e cultural em língua portuguesa; e
- b. promover esforços junto aos respectivos governos para identificação, no mais curto espaço de tempo possível de pontos focais nacionais a quem caberá coordenar esforços e intercambiar informações para criar condições técnicas para assunção de compromisso nesta área entre seus respectivos Governos, no âmbito da CPLP. Estes antecedentes constituem uma base sólida para o acordo assinado, pelo que, o IBICT e a Universidade do Minho comprometem-se a oferecer, assistência técnica para a promoção de iniciativas nesse campo nos países integrantes da CPLP.

Em 2019, foi instituída formalmente a Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP), durante a Oficina de Trabalho *Fortalecimento da Formação em Saúde Pública no Âmbito da CPLP*, realizada em Lisboa, Portugal, na

qual se reuniram, presencial e virtualmente, dirigentes e professores das Escolas Nacionais de Saúde Pública, ou instituições nacionais com função equivalente, dos países membros. Estrutura-se a partir dos compromissos assumidos do *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP)*, dentre os quais encontram-se as demandas de formação de quadros para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Neste sentido, o PECS-CPLP, em seu Eixo Estratégico 1- Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde (FTS) apresenta como principais objetivos:

- a. a promoção e fortalecimento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (PNDRHS); e
- b. o fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos nos Estados Membros para os sistemas nacionais de saúde. Para o alcance destes objetivos, a iniciativa prioriza atividades e projetos estabelecidos, apoia a estruturação de Escolas Nacionais de Saúde Pública em todos os países e dinamiza a Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP-CPLP).

A 3ª Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde, sob o lema Covid-19: construção de uma resiliência comunitária, efetuada em 2020, em videoconferência. Dessa reunião, os ministros da Saúde resolveram:

- 1) reforçar a coordenação na vigilância e resposta a emergências, incluindo epidemias e desastres, por via da constituição de um Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (Emaresp-CPLP);
- 2) reafirmar a vontade política para continuar a partilhar dados relativos à situação epidemiológica e indicadores relevantes, bem como diferentes práticas; e

- 3) reconhecer a importância da imunização como bem público global e apoiar iniciativas internacionais de colaboração para acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a diagnósticos, tratamentos e vacinas contra a Covid-19 (CPLP, 2020).

Reunimos e apresentamos aqui a informação disponível sobre o enfrentamento coletivo da Covid-19 na África por parte das principais organizações regionais do continente africano: a União Africana (UA) e a sua agência especializada, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África), os seis blocos econômicos regionais e as diversas agências de cooperação bilateral e multilateral, a sociedade civil e o setor privado (SILVA, CÁ e ROSENBERG, 2021).

O Repositório Científico/Portal de Acesso Aberto da CPLP, lançado em 2021, resultante duma deliberação da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de abril de 2014, em Maputo, com o objetivo geral de promover, fomentar e impulsionar a edificação do Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP. Os responsáveis pelo projeto reconhecem que com a construção do Repositório Científico da CPLP, garantem-se condições para estimular o aproveitamento do potencial das TIC ao serviço da CPLP, através da disponibilidade de softwares livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica. São Estados-Membros da rede os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O projeto tem uma abrangência comunitária permitindo aos Estados-Membros a sua utilização, mesmo aos que não dispõem de repositório científico nacional, bem como o apoio à construção de repositórios nacionais. O site do portal, RC.CPLP.ORG, estará disponível brevemente.

CONCLUSÃO

As iniciativas apresentadas embora de teor diferente não são uma enumeração exaustiva, tendo sido selecionadas as mais significativas de acordo com os objetivos já mencionados. Mostram alguns aspetos do percurso de políticas individuais dos países lusófonos e da CPLP, no seu conjunto, como complemento de outras políticas, para alcançar o acesso aberto à informação científica.

O estudo abarca o acesso aberto à informação científica da CPLP, centrado nas iniciativas para a solução das necessidades e dos problemas dos povos dos países lusófonos, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores essenciais, que conectam os membros desta organização. Além das comunidades académicas, também os governos dos países lusófonos se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu acesso e disponibilização, e, em particular, dos resultados da investigação científica.

Neste sentido, destacam-se primeiro algumas das iniciativas dos países referidos efetuadas separadamente, como a criação de repositórios e portais institucionais, que são de maior relevância para a organização da informação e documentação das instituições académicas e investigadoras, e, em seguida, sistematizam-se outras iniciativas resultantes de políticas conjuntas da CPLP.

Conclui-se que são, contudo, em número insuficiente, dadas a população que abarca e as suas numerosas necessidades e problemas. Por outro lado, corresponde a estagnação e fraco progresso das iniciativas de acesso aberto na maioria dos países africanos especialmente em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, quando comparados os resultados obtidos em estudos anteriores de 2013 e 2015, referidos no texto. No seu conjunto, políticas e ações demonstram a adesão destas instituições e organizações da CPLP ao movimento do Acesso Aberto, integrada

no movimento global, que seguem as orientações das organizações internacionais,

REFERÊNCIAS

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Read the original BOAI declaration**. Budapest, 2002. Disponível em:

<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em 20 jan. 2023.

CÁTEDRA UNESCO EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL. **Arquivo Multimídia da Poesia dos Países da CPLP**. 2019, <http://catedraunesco.ulusofona.pt/arquivo-multimedia-da-poesia-dos-paises-da-cplp/>. Acesso em 20 jan. 2023.

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **LIINC em revista**, v. 4, n. 2, 2008.

CPLP. **Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP**, 2007.

<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?NewsId=3457&PID=10872>. Acesso em 20 jan. 2023.

CPLP. **3ª Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP. Covid-19: construção de uma resiliência comunitária**, 2020.

<https://saude.cplp.org/informacao/noticias/noticia-detalhe/?news=5359>.

CPLP. **Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP)**, 2019. Disponível em:

<http://rensp.ensp.fiocruz.br/pt-br/apresentacao>. Acesso em 20 jan. 2023.

CPLP. **Repositório Científico da CPLP/ Portal de Acesso Aberto da CPLP**, 2021.

Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4629.aspx>. Acesso em 20 jan. 2023.

GUAMBE, M. F.; BUENO-DE-LA-FUENTE, G. Disponibilidade em Acesso

Aberto da produção científica da África Lusófona. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, 2013, vol. 4, no 2, p. 5-19.

JUNIOR, D. I. R.; SANTOS, A. F.; CORREA, E. C. D.; JULIANI, J. P. Modelo de comunicação científica na era do e-science: um modelo baseado na colaboração 2. **25 Seminário de Iniciação Científica**. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2015.

LIRA, E. K. S.; MIRANDA, A. C. D.; TRUTA, R. Os 10 anos da conferência luso-brasileira de ciência aberta: dados iniciais. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 211-215, 2021.

LEITE, F.C; COSTA, S.M. Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação da informação. **Investigación Bibliotecológica: archivología, bibliotecología e información**, v. 30, n.69, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ibbai.2016.04.012>. Acesso em 20 jan. 2023.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

OPEN ACCESS DIRECTORY, <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline>.

OPEN ACCESS DIRECTORY. **Declarations in support AO**. Disponível em:

http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA. Acesso em 20 jan. 2023.

PÉREZ-OBREGÓN, B. R. et al. Las revistas en acceso abierto: ¿Una ruta amigable o una ruta espinosa? **Revista Información Científica**, 2022, vol. 101, no 1.

PRICE, D. J, de S. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77 p.

RIOS, F. P.; LUCAS, E. R. O.; AMORIM, I. S. Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 148-169, jan. 2019.

RODRIGUES, E. O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos? **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, p. p.180-194, 2014. <https://doi.org/10.3395/reciis.v8i2.631>. Acesso em 20 jan. 2023.

RUSSELL, J. M. La comunicación científica a comienzos del siglo XXI. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 168, jun. 2001.

SILVA, A. P. J. da; CÁ, T.; ROSENBERG, F. J. A Resposta à Pandemia no Continente Africano e na CPLP. In: BUSS, P. M.; BURGER, Pedro (org.). **Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 355–366.

TARDECILLA MARENCO, E. M.; GUAMBE, M. F. & MELO ALVES, F. M. (2015) Acceso abierto en África: dificultades y desafíos. In: **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015** (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015). Universidad Complutense de Madrid, Madrid. ISBN 978-84-608-3330-7.

WORDS MEDICAL ASSOCIATION. **WMA Declaration of Helsinki. Ethical Principles for Medical Research Involving Human Subjects**, 1964. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170324130303/http://www.wma.net:80/en/30publications/10policies/b3/>. Acesso em 20 jan. 2023.

UNESCO. **Towards a UNESCO Recommendation on Open Science Building a Global Consensus on Open Science**, 2019. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/open_science_brochure_en.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.